



Epistemologia sobre pesquisa da resistência camponesa e produção agroecológica

Epistemology on peasant resistance research and agroecological production

NASCIMENTO, Rangel¹

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), rangel.nascimento@ufvjm.edu.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Este trabalho apresenta uma proposta epistemológica sobre pesquisa da resistência camponesa e produção agroecológica a partir de um trabalho de campo de doutorado realizado para assimilar a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre as políticas do governo Lula (2003-2010). Proponho destacar a concepção de vida contra hegemônica dos camponeses, reconhecendo a importância das experiências e reflexões sobre a realidade dos saberes incorporados nos militantes, que resistem com êxito à opressão e praticam a produção agroecológica. O foco da abordagem é a síntese cultural entre o que é considerado científico e os outros saberes, para a produção do conhecimento a partir da perspectiva subalterna, com base na investigação-ação participativa para um diálogo de saberes. O resultado desta abordagem é o compromisso ético-político com os oprimidos, não é o ir a campo extrair informações para depois interpretá-las, é o ir para estar junto quando eles mais precisam.

Palavras-chave: luta pela terra; reforma agrária; MST; governo Lula; pesquisa-ação participativa.

Introdução

A pesquisa-militante é um compromisso de solidariedade com as lutas sociais dos oprimidos. É o reconhecimento dos conhecimentos que nascem nas resistências à opressão. Os saberes incorporados nos sujeitos, na luta pela terra, têm a mesma importância do saber acadêmico sobre o tema. A produção de conhecimento científico a partir da perspectiva subalterna é uma abordagem que se assemelha, principalmente, às propostas: de Freire (1968), da síntese cultural entre o saber popular e o saber científico; de Fals Borda (1995), da investigação-ação participativa para um diálogo de saberes; e de Santos (2002), para ir de uma sociologia das ausências a uma sociologia das emergências.

Os conhecimentos validados pela ciência são os que não favorecem, em geral, a emancipação dos oprimidos, dos subalternos, dos excluídos. Pelo contrário, são conhecimentos de vencedores, contados pelos vencedores das lutas sociais. Essa problemática é a raiz da linha abissal que, desde o princípio da modernidade ocidental, divide as sociedades metropolitanas do Norte, das sociedades coloniais do Sul. Para o Norte, tudo o que ocorre nas sociedades coloniais, o lado Sul da linha abissal é o lado do não ser, do invisível, do inferior, do sub-humano, não é relevante e não pode contradizer as ideias universais que vigoram do lado Norte da linha, o que se expressa na narrativa acadêmica a produzir ausências



massivamente (Santos, 2002, 2007).

Reconhecer o conhecimento construído na experiência e na resistência dos oprimidos, não como um objeto passivo de pesquisa, mas como uma sabedoria que dialoga com outros saberes, vai de encontro à “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1968). Uma concepção e prática de educação edificada na realidade do oprimido, a partir da sua perspectiva, e não uma pedagogia *para* os oprimidos.

Os saberes camponeses como os dos militantes do MST são uma produção autônoma de conhecimento em relação à análise interpretativa acadêmica, mas muitas vezes são desperdiçados na produção do conhecimento científico, pelo silenciamento epistemológico ocidental, onde persiste a ideia de uma vanguarda que vai guiar os movimentos sociais e não precisa compreender os conhecimentos neles incorporados, como se fosse trazer a luz para eles. Trata-se de uma postura colonial, em virtude de hierarquizar os conhecimentos. Quem produz conhecimento científico situado do lado dos oprimidos, deve se ver como intelectual de retaguarda, ao estar com as mobilizações populares, auxiliando-as em suas jornadas por direitos de cidadania e democracia, a partir de dentro e a partir de baixo e, eventualmente, não criando vanguardas inconsequentes, que fazem estudos *sobre* a perspectiva subalterna, em vez de os produzir *com* essa perspectiva e *a partir* dela. No entanto, o fundamental para a ciência é a autoria. Não se permite considerar que existe uma reflexão sobre a realidade social que não se expressa como a ciência. Há conhecimentos que não têm autores, os conhecimentos são autores e, portanto, são anônimos, porque não existem teoricamente, mas nas práticas sociais. Desconsiderar esses saberes é uma razão indolente que desperdiça experiências e deixa de fora uma série de produções de conhecimentos por contemplar a razão ocidental que contrai o presente e expande o futuro (Freire, 1968; Fals Borda, 1995; Santos, 2002).

O conhecimento científico é útil na medida em que se reconhece como incompleto, como parte da ecologia de saberes que compõem a experiência do mundo, e na medida em que viabiliza um diálogo intercultural com outros conhecimentos, em busca de justiça cognitiva global. Mais importante do que a corrente teórica do pesquisador, é saber de que lado ele está na luta contra hegemônica para transgredir as relações de dominação. Esse posicionamento deve ser um testemunho crítico, ir apoiar, conhecer, conversar com sujeitos que estão na luta contra a exclusão, a opressão, a subalternização. Partilhar a luta, estar com eles em momentos de risco. Cada vez mais, populações atravessam uma situação limite. E o conhecimento subalterno dos oprimidos é incrementado quando começam a resistir, a lutar. Para dialogar com esse conhecimento é aconselhável uma metodologia não extrativista, já que certas categorias científicas podem não ser suficientes para dar conta da complexidade que é a ação de um movimento como, por exemplo, o MST (Freire, 1968; Fals Borda, 1995; Santos, 2002, 2006).

Devo promover – pelo processo denominado síntese cultural (Freire, 1968), ou tradução intercultural (Santos, 2002), ou diálogo de saberes (Fals Borda, 1995) – o traslado de conhecimentos complementares, para articular conceitos, culturas, práticas que possam ser objeto de tradução para outra maneira de produzir



conhecimento. Perceber diferenças, complementos e contradições, mas criar inteligibilidade, sem dissolver a identidade de cada cultura. Dessa maneira, a pesquisa pode destacar uma sociologia das ausências dos saberes possíveis e disponíveis, e contribuir em um processo de tradução intercultural dessas experiências, para desfamiliarizar-se com o epistemicídio dos saberes no esforço de construção de uma sociologia das emergências (Santos, 2002).

O meu posicionamento nesta pesquisa-militante se expressa em atitudes que contribuem diretamente para desenvolver os acampamentos e os assentamentos rurais, devido à minha identificação com as visões de mundo que apoiam a luta pela terra e a reforma agrária. Todo conhecimento se situa, epistemologicamente, ou do lado dominante, ou do subalterno. Ao tratar os oprimidos como alienados, a ciência moderna abriga um colonialismo e coloca o cientista num plano superior, por acumular um conhecimento científico que nutre a separação entre sociedade e natureza, entre sujeito e objeto, numa total identidade entre objetividade e neutralidade. No entanto, a neutralidade desinserida e não-situada é um mito ocidental (Estanque, 2000; Fernandes, 2001; Santos, 2006; Grosfoguel, 2008).

A metodologia do presente trabalho tem o compromisso ético, político, militante, de visão epistemológica horizontal dos conhecimentos, sublinhando a ecologia de saberes, porque o conhecimento científico é apenas uma das maneiras de interpretar a realidade e não é superior às outras, devendo, portanto, com estas dialogar com humildade teórica, analítica e política, conforme definição de Santos e Meneses (2009) para as epistemologias do Sul. O Sul é o Sul epistêmico, não o geográfico. A produção do conhecimento na universidade, com raras exceções, é Norte, independentemente se uma universidade está abaixo ou acima da linha do Equador. Para as epistemologias do Sul, a Austrália é Norte, a América Central é Sul. Ocorre que a maioria das iniciativas que inspiram a abordagem estão localizadas geograficamente no Sul. São povos, culturas, conhecimentos, iniciativas, que têm em comum um presente de sobrevivente e um passado colonial (Santos, 2007). O objetivo aqui é apresentar uma proposta epistemológica sobre pesquisa da resistência camponesa e produção agroecológica a partir de um trabalho de campo de doutorado realizado para assimilar a perspectiva do MST sobre as políticas do governo Lula (Nascimento, 2019).

Metodologia

Para apreender a questão agrária no Brasil, no início do século XXI, no contexto mundial em que se insere o governo Lula – quando a questão ambiental, dos alimentos, da propriedade e do uso da terra, da água e dos minérios, são o cerne de qualquer análise sobre o sistema mundial – foi muito profícuo conversar com militantes do MST, de três escalas de atuação no movimento, Liderança Local, Liderança Estadual e Liderança Nacional. Sem revelar a identidade distingo as falas pelas siglas, LL, para Liderança Local; LE, para Liderança Estadual; e LN, para Liderança Nacional.

A Liderança Local (LL1, LL2...) vive em um acampamento ou assentamento. Essa



não é uma denominação oficial dentro do MST. Chamo assim, militantes que falam mais nas assembleias, se envolvem mais nas funções que requerem tarefas extra assentamento (ou acampamento) e mesmo consentem ter uma conversa gravada, haja vista que a timidez é mais frequente no meio rural, onde é difícil para a maioria externalizar seus conhecimentos.

A Liderança Estadual (LE1, LE2...) reúne todas as características da Liderança Local. É uma referência para o acampado/assentado, que nutre por ela, respeito e admiração, uma vez que além de “pegar no batente” nas atividades cotidianas, ainda é a “faz tudo” da comunidade, é a “relações-públicas” do acampamento/assentamento no município e entre todo o conjunto de lideranças do estado. É líder por aclamação, e não apenas por vontade, ou por ter vencido uma votação, já que sempre está participando de manifestações, cursos de formação política, de produção, entre outros que o MST realiza.

A Liderança Nacional (LN) é possível subdividir em três posições. O MST possui uma Secretaria Nacional com sede na cidade de São Paulo. A principal liderança reconhecida tanto externamente, quanto entre os militantes, como líder do MST, é João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional e da Secretaria Nacional. Mas há uma diversidade de militantes compondo esse quadro de Lideranças Nacionais, que diferenciei em três esferas: integrantes da Coordenação Nacional que trabalham na Secretaria Nacional (LN-S); representantes de cada estado em que o MST atua e que residem em Assentamentos (LN-A); e Intelectuais (LN-I), que têm um histórico de militância enquanto Liderança Nacional, mesmo que, oficialmente, não façam mais parte da direção nacional. Para cumprir o objetivo de entrevistar três LNs, conversei com uma pessoa de cada uma das três caracterizações de Liderança Nacional, LN-S (da Secretaria Nacional); LN-A (vive em Assentamento); e LN-I (Intelectual).

Nas entrevistas abertas sem um questionário delimitado, houve um fio condutor para a conversa em torno de três reflexões: Por que o governo Lula não fez a reforma agrária, que sempre esteve presente na pauta do PT antes de chegar ao poder? O MST se enfraqueceu no governo Lula? Por que o MST continua a apoiar o PT?

Resultados e Discussão

As entrevistas abertas (conversas) gravadas com doze militantes do MST, cinco Lideranças Locais; quatro Lideranças Estaduais; e três Lideranças Nacionais, totalizaram 10,5 horas. A maioria me recebeu em sua própria casa, sendo que as três entrevistas iniciais fazem parte da experiência de observação participante, adotada em parte da pesquisa de campo, quando vivenciei dez dias num acampamento sem terra, que enfrentava a iminência do cumprimento, pela polícia militar, de uma ordem de despejo judicial. De acordo com Estanque, “uma das maiores dificuldades que este método levanta diz respeito ao período de integração e aceitação do investigador no seio do grupo que vai estudar. O esforço necessário para conquistar a aceitação é [...] um dos aspectos mais importantes do método de



observação participante” (2000: 139).

Dessa maneira, para a minha pesquisa de campo, ser professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Teófilo Otoni, Minas Gerais, foi decisivo. A pesquisa ocorreu entre janeiro de 2015 e maio de 2016 e foi realizada nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, sendo preponderantemente em Minas Gerais, já que é a minha morada e o período desde o meu ingresso na UFVJM, em 2013, e o início do trabalho de campo, em 2015, foi relevante para conhecer acampamentos e assentamentos sem terra, participar de eventos, reuniões, confraternizações, conviver com acampados e assentados, militantes, lideranças locais, estaduais e nacionais, construir vínculos de amizade e confiança, experiências singulares de vida. Fatores indispensáveis para poder ser recebido posteriormente, em momento no qual era um forasteiro adentrando no lar de uma família que faz parte de um movimento camponês, que ao longo de seus mais de 30 anos já passou por toda espécie de tragédia e violência impune, chacinas, assassinatos, perseguições, agressões, desrespeito, preconceito, exclusão social, difamações, ira dos meios de comunicação, privações, medo, insegurança, fome, e muita coragem. Portanto, com toda a razão, não é qualquer pessoa que vai ter acesso à exposição tão delicada de um militante para gravar a sua fala dentro do próprio lar. Todas as entrevistas que realizei só foram possíveis por ter conquistado a confiança das lideranças, as quais deram o aval e solicitaram aos militantes que me recebessem em sua morada, por ser uma pessoa de confiança.

Durante o período que vivenciei o processo de luta para reverter a ordem de despejo do acampamento sem terra, Nova Vida, que já resistia há doze anos, não fazia ideia da real importância para os integrantes do movimento, dessa minha atitude, que fez toda a diferença na maneira como passei a ser tratado. O episódio virou meu apelido no movimento. Em todos os encontros com militantes do MST que participo sou apresentado como, “Professor que estava lá em Nova Vida na luta contra a ordem de despejo”.

Alguns meses após essa experiência, um militante sem terra que a possibilitou, agendou um encontro e me acompanhou à casa de uma Liderança Nacional, que antes de começar a entrevista, assegurou-se: “É esse professor que estava lá com vocês na luta pra reverter a ordem de despejo, não é?” E repetiu a pergunta quando, ao final da nossa estadia em sua casa, lhe pedi que intermediasse um encontro com uma liderança da Secretaria Nacional do MST. Os laços de companheirismo com os sem-terra, foram decisivos para a execução do meu trabalho de campo com todas as esferas de liderança, mas principalmente com as Lideranças Nacionais, uma vez que estas são mais ariscas às entrevistas, seja para os meios de comunicação ou para a academia, com a finalidade apenas de extrair informações do movimento.



Conclusões

Uma proposta epistemológica para pesquisa sobre resistência camponesa e produção agroecológica deve procurar contribuir para o diálogo intercultural, destacando a especificidade e a produção de conhecimento dos militantes. É fundamental analisar essa produção do conhecimento, não pelo que traz de genérico e se uniformiza com outros casos semelhantes pela quantidade, mas pela percepção de que sua qualidade e sua exemplaridade tornam plenamente possível estabelecer critérios para generalizações e, através da teoria reconstruída, analisar a sociedade como um todo, não apenas o tema estudado. Por isso, minha perspectiva está ligada à intervenção epistemológica que não é um objetivo intelectual, é um objetivo político de procurar contribuir para ampliar os processos pelos quais se cria e partilha conhecimento, para validar os conhecimentos nascidos na luta dos oprimidos, dos excluídos, dos espoliados, dos explorados, que sofrem as desigualdades e discriminações criadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Portanto, as narrativas militantes devem ser tratadas como produção de conhecimento por sujeitos que possuem maneiras autônomas de interpretar a realidade. Não devem ser tratadas como objetos de metodologia extrativista, que extrai informações e acredita que o objeto não fala por si mesmo, que sua fala está cifrada e é uma matéria-prima a ser processada, desconstruindo o raciocínio do sujeito tratado como objeto (Nascimento, 2019).

Referências bibliográficas

ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade**: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado. Porto: Afrontamento, 2000.

FALS BORDA, Orlando. Pesquisa-Ação, ciência e educação popular nos anos 90. In: STRECK, Danilo R. (ed.) **Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 (1995).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1985 (1968).

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

NASCIMENTO, Rangel. **De quem é a terra? A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula**. 323 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2019.

SANTOS, Boaventura S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.



SANTOS, Boaventura S. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.